



**ATUAÇÃO DO PEDAGOGO EM ESPAÇO NÃO ESCOLAR:**  
experiências formativas no patronato de Francisco Beltrão

Yolanda Zancanella | UNIOESTE/ Ciências Humanas

**RESUMO:**

Este artigo é resultante da nossa ação profissional no Patronato Municipal de Francisco Beltrão – PR, considerado espaço não-formal de educação. Delineou -se como objetivo da pesquisa analisar as contribuições do Curso de Pedagogia, neste ambiente socioeducativo. Utilizamos como metodologia o estudo de caso fundamentado em Trivinos (1987), que permitiu-nos um acompanhamento efetivo do trabalho pedagógico desenvolvido pelos pedagogos no Patronato, no período de 2017 a 2019. Empregamos a metodologia da pesquisa qualitativa, de Minayo (1996), e, selecionamos como dados da pesquisa, as ações pedagógicas, desenvolvidas no Patronato, definido como o campo da pesquisa, a partir da seguinte questão: quais os processos pedagógicos desenvolvidos pelos pedagogos no Patronato em prol da formação dos assistidos? Para elucidação do tema, realizou-se levantamento bibliográfico utilizando diversos autores como: Vygotsky (1984), Afonso (2013), Gohn (2010), Trilla (1996), Libâneo (2006), Davidov (1988), Saviani (2008) Bissolli (2003), entre outros. Assim, destacamos que a importância, dessa discussão e reflexão, é colaborar para a ampliação do debate, em torno das possibilidades de atuação do pedagogo, seja em ambientes escolares ou não escolares, sem no entanto, dispensá-lo da sua função educativa. Os resultados apontam elementos importantes, sobre a atuação dos pedagogos em diferentes espaços educativos, durante a suas trajetórias profissionais contribuindo sobretudo, para o alargamento das experiências, e, reflexões sobre o trabalho pedagógico desenvolvido em outros espaços para além da educação formal.

**Palavras Chave:** Pedagogo; Espaço não - formal de educação; Pedagogia

**ABSTRACT:**

This article is the result of our professional action in the Municipal Patronage of Francisco Beltrão - PR, considered a non-formal space of education. The objective of the research was to analyze the contributions of the Pedagogy Course in this socio-educational environment. We used as methodology the case study based on Trivinos (1987), which allowed us an effective monitoring of the pedagogical work developed by the pedagogues in the Patronage, in the period from 2017 to 2019. We used the methodology of qualitative research, by Minayo (1996), and, as data from the research, the pedagogical actions, developed in the Patronage, defined as the field of research, from the following question: what are the pedagogical processes developed



by the pedagogues in the Patronage in favor of the training of the assisted? To elucidate the theme, a bibliographic survey was carried out using several authors such as: Vygotsky (1984), Afonso (2013), Gohn (2010), Trilla (1996), Libâneo (2006), Davidov (1988), Saviani (2008) Bissolli (2003), among others. Thus, we highlight that the importance of this discussion and reflection is to collaborate to expand the debate, around the possibilities of the pedagogue's action, whether in school or non-school environments, without, however, dispensing with its educational function. The results point to important elements, about the performance of pedagogues in different educational spaces, during their professional trajectories, contributing mainly to the extension of experiences, and reflections on the pedagogical work developed in other spaces besides formal education.

**Key Words:** Pedagogue. Non-formal education space. Pedagogy

## INTRODUÇÃO

A presente discussão tem como objetivo, propor uma reflexão sobre a atuação do pedagogo em espaços educativos não - formais de educação, mais especificamente no Patronato no período de 2017 à 2019. Intenta caracterizar as especificidades do trabalho pedagógico, neste espaço, e, analisar as contribuições da Pedagogia para o desenvolvimento das ações docentes junto aos assistidos<sup>1</sup>do Programa.

Ao eleger como abordagem a área de atuação do pedagogo no Patronato, o estudo de caso, fundamentado em Trivinos (1987), como metodologia adotada possibilitou o acompanhamento do trabalho pedagógico, elaborado para as necessidades dos assistidos, e conseqüentemente a compreensão sobre a contribuição da Pedagogia, nas demais áreas da sociedade.

Empregamos a metodologia da pesquisa qualitativa, de Minayo (1993), e, selecionamos como dados da pesquisa, as ações pedagógicas desenvolvidas pelos pedagogos no Patronato, definido como o campo da pesquisa, partindo da seguinte questão: quais os processos pedagógicos desenvolvidos pelos pedagogos no Patronato em prol da formação dos assistidos?

O Patronato, é um órgão de execução penal, ancorado na Lei de Execuções Penais nº. 7.210/1984 (LEP), e na Lei municipal nº. 4.120/2013<sup>2</sup>, tem por objetivo, fiscalizar e acompanhar o cumprimento das condicionalidades, resultantes das alternativas penais, destinadas aos egressos do sistema penitenciário ou pessoas que cumprem pena em regime diverso da prisão.

---

<sup>2</sup> Consta na Lei Nº 4.120 de 25 de Novembro de 2013 no Art. 4º que “Assistidos” são “as pessoas submetidas às alternativas penais”, desta maneira o Patronato utiliza o termo “assistidos” para referir-se a estas pessoas. <http://www.depen.pr.gov.br/arquivos/File/leipatfranbelt.pdf>.



Os trabalhos desenvolvidos são de corresponsabilidade entre e os Poderes Públicos Estadual, Municipal, Poder Judiciário e Ministério Público, em parceria com a Secretaria da Segurança Pública e Administração Penitenciária do Paraná SESP – PR, e, Secretaria da Ciência Tecnologia e Ensino Superior – SETI, de maneira educativa e ressocializadora orientada no respeito aos direitos humanos, e, na correlação entre direitos e deveres, inerentes à condição de cidadania.

As atividades são pautadas, em ações que atendam os egressos, beneficiados com a progressão para o regime aberto, liberdade condicional, sentenciados com trabalhos externos, prestação de serviços à comunidade e os com suspensão condicional da pena (sursis), bem como, os autores de crimes de menor potencial ofensivo, sancionados com penas, ou, medidas alternativas.

Os assistidos, são encaminhados por determinação dos juízes das Varas de Execuções Penais, das Varas Criminais da Justiça Comum, Justiça Federal, e, dos Juizados Especiais Criminais, visando oportunizar condições favoráveis aos assistidos, para que, ao final do cumprimento das determinações judiciais, possam reconfigurar suas vidas através da restauração do exercício da cidadania. O Patronato, recebe apenados maiores de 18 anos, encaminhados judicialmente, independentemente de sua escolarização, poder aquisitivo, cor, raça, ou opções políticas.

Neste contexto, a equipe multidisciplinar composta por acadêmicos e recém-formados cursos de Direito, Psicologia, Serviço Social, Administração e Pedagogia, e professores orientadores da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, realiza os atendimentos, encaminhamentos e fiscalização à Prestação de Serviço Comunitário - PSC, faz visitas e orientações em relação às drogas, álcool, crimes de trânsito, violência doméstica, crimes ambientais e cibernéticos.

Os pedagogos organizam no decorrer de cada ano, atividades motivacionais, oficinas, bem como, cursos preparatórios para exames de formação, encaminhamento para o retorno aos estudos, realização de cursos, para aperfeiçoamento do trabalho e qualificação profissional.

Dessa forma, a equipe pedagógica, composta por um orientador da Unioeste, um recém-formado em Pedagogia, e, um graduando do mesmo curso, trabalham na perspectiva de que a pena, imputada<sup>3</sup> ao apenado, seja cumprida com os estudos, no lugar da PSC, possibilitando a conclusão da sua escolaridade nas instituições de ensino formais. Este alcance de atuação do profissional pedagogo, demonstra a importância e necessidade de inserção dos mesmos, nos mais variados segmentos da sociedade contemporânea.

Contudo, o pedagogo já deveria estar preparado para atuar nesses espaços de educação não - formal, embora nem todas, as graduações em Pedagogia ofereçam a

---

<sup>3</sup> Vale ressaltar, que o assistido do Patronato, no primeiro atendimento apresenta a determinação judicial, que informa a quantidade de horas a serem cumpridas e as restrições impostas. Para solicitação de PSC por estudo é necessário uma solicitação judicial para autorização do cumprimento da pena por estudo.



disciplina que contemplem o trabalho pedagógico em espaços de educação não - formal.

### **O Patronato Municipal de Francisco Beltrão: espaço alternativo da educação não – formal**

O Patronato, por suas peculiaridades, revela-se em um projeto social, que tem intencionalidade no desenvolvimento de suas ações, que desvelam e elaboram a prática de um grupo e, portanto, espaço de educação não - formal concebendo que a aprendizagem, se dá por meio das práticas sociais, acatando as diversidades existentes para assimilação e elaboração de conteúdos.

A denominação de educação não - formal, ocorreu no final da década de sessenta. Neste período aparecem, vários estudos sobre a conjuntura na educação, com leituras críticas sobre a instituição escolar. Assim, esta crise é sentida na escola, e, acaba por beneficiar o aparecimento do espaço teórico da educação não - formal (TRILLA, 1996).

O conceito de espaço não - formal tem sido disposto recentemente por pesquisadores em educação, professores de diversas áreas do conhecimento, para caracterizar lugares, diferentes da escola, onde é possível desenvolver atividades educativas.

A prática da educação não - formal tem sido desenvolvida por projetos, e, parcerias com escolas, que surgiram dentro de universidades, em diferentes estados do nosso país. Dessa forma, é proposto ações de aprimoramento na educação, por meio, da educação não - formal, com atividades diversificadas que levam os indivíduos, a visitarem outros espaços, e, adquirirem novos conhecimentos.

O conceito de educação não - formal, tem o seu surgimento relacionado ao campo pedagógico, concomitantemente a um conjunto de críticas, ao sistema formal de educação em um momento em que diferentes setores da sociedade, veem o universo escolar, e, a família, impossibilitados de conceber todos os pleitos sociais, que lhes são cabíveis, impostos ou ainda desejados. Essas diferentes formas de educação são conceituadas na literatura como: educação formal, educação não-formal e educação informal.

Segundo Gohn (2010a), a educação formal, pode ser caracterizada como aquela desenvolvida na escola com conteúdos determinados, a educação não - formal, é aquela que se aprende no “mundo da vida” via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços, e, ações coletivas cotidianas, e a educação informal, como aquela em que os indivíduos aprendem durante o seu processo de socialização gerada nas relações e relacionamentos intra e extrafamiliares (amigos, escola, religião, clube etc.).

A educação não -formal, pode ser definida como um espaço de formação para a construção de aprendizagens, de saberes, necessários para a vida em coletividade sobretudo, por meio, do trabalho do pedagogo. Nesse sentido, o conceito de espaço não - formal tem sido empregado para designar lugares em que é possível desenvolver



atividades e projetos educacionais, para a apropriação de novos conhecimentos e aprendizagens. Além disso,

As práticas da educação não -formal se desenvolvem usualmente extramuros escolares, nas organizações sociais, nos movimentos, nos programas de formação sobre direitos humanos, cidadania, práticas identitárias, lutas contra desigualdades e exclusões sociais (GOHN, 2014, p. 41).

De acordo com Libâneo (2002) a educação não - formal, pode ser compreendida por meio das associações políticas, sociais, científicas, e culturais, entre outras, com atividades de caráter intencional. Em suma em instituições privadas ou públicas que tem como prioridade o atendimento aos indivíduos historicamente excluídos da sociedade.

Para Janela e Palhares, (2005, 2013), a escola toma um lugar significativo na educação e formação, principalmente, no âmbito da educação formal. Paralelamente surge a educação não- formal que centra na aprendizagem associada à satisfação de determinados objetivos e necessidades dos próprios estudantes.

Para os autores,

A emergência desta nova forma de produção de saber é referente às instituições, atividades, a meios e âmbitos educativos que não são intrinsecamente escolares. O próprio desenvolvimento da escola possibilitou a inclusão lenta de prática e atividades educativas, onde se misturam três tipos de educação: a educação formal, a educação não formal e a educação informal (2013, p. 19).

Em suas práticas, a educação não - formal, se realiza fora dos muros da escola definida normal, em organizações sociais, movimentos, associações comunitárias, dentre outras. O seu objetivo principal é formar para a cidadania, por isso, contém em seu aprendizado os conceitos de direitos humanos, a prática da identidade, os preceitos de igualdade e de inclusão social (GOHN, 2010).

Afirma Gohn, sobre a educação não - formal que:

É um processo sociopolítico, cultural e pedagógico de formação para a cidadania, entendendo o político como a formação do indivíduo para interagir com o outro na sociedade. Ela designa um conjunto de práticas socioculturais de aprendizagem e produção de saberes, que envolve organizações/instituições, atividades, meios e formas variadas, assim como uma multiplicidade de programas e projetos sociais (GOHN, 2010a, p. 33).

Na educação não - formal, por isso, está presente um processo político-pedagógico de aprendizagem multidimensional, que propicia a aprendizagem para a cidadania, e, para atuação no mundo do trabalho, sempre com representação de um modelo que descaracterize a formação de indivíduos como mão-de-obra dissociada dos direitos sociais.



A ênfase desse tipo de educação é para as metodologias de aprendizagem, oriundas da cultura de indivíduos e grupos, com problematização das condições cotidianas de vivência e criação de conteúdos com base nas temáticas surgidas nesse ambiente. Segundo Gohn (2010a, p.16): “[...] A educação não - formal é aquela que se aprende ‘no mundo da vida’ via processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços coletivos cotidianos”.

De acordo com Libâneo (2006) a educação não - formal, pode ser compreendida por meio das associações políticas, sociais, científicas, e culturais, entre outras, com atividades de caráter intencional. Em suma em instituições privadas ou públicas que tem como prioridade o atendimento aos indivíduos historicamente excluídos da sociedade.

Para Janela e Palhares, (, 2013), a escola toma um lugar significativo na educação e formação, principalmente, no âmbito da educação formal. Paralelamente surge a educação não- formal que centra na aprendizagem associada à satisfação de determinados objetivos e necessidades dos próprios estudantes.

Conforme Gohn (2010b, p.40), importante destacar que “[...] A educação não formal, não deve ser vista, em hipótese alguma, como algum tipo de proposta contra ou alternativa à educação formal, escolar [...]” sua definição deve conter o que ela é; em essência: “[...] um espaço concreto de formação com a aprendizagem de saberes para a vida em coletivos [...]” .

Nesse cenário, compreendemos que a ação do pedagogo no Patronato, torna-se pertinente à medida que, apresenta-se novas perspectivas da prática pedagógica. Por muito tempo, o processo educativo foi visto como uma prática institucional pertencente apenas à escola, sendo está o único lugar onde o pedagogo poderia atuar.

Contudo, o desenvolvimento societal, e suas transformações contemporâneas, juntamente com o conceito, de uma sociedade inclusiva, e de igualdade social, provocou mudanças na forma, de se pensar a educação, e o processo educativo tornou prioridade não mais apenas, na escola institucionalizada, como também de outros espaços, cujo objetivo é a formação humana.

Analisando a obra de Gohn (2010b) sobre a educação não - formal e o educador social, entendemos que é possível focalizá-lo nas ações dos pedagogos, integrantes do Patronato, partindo de sua afirmação:

O Educador Social numa comunidade atua nos marcos de uma proposta socioeducativa, de produção de saberes a partir da tradução de culturas locais existentes, e da reconstrução e resignificação de alguns eixos valorativos, tematizados segundo o que existe, em confronto com o novo que se incorpora. Um grupo que conta com o trabalho de Educadores Sociais poderá desenvolver práticas de educação não - formal significativas e qualificadas (GOHN, 2010c, p. 55).

Ao atuar no Patronato, com a educação não – formal, os pedagogos, tem praticado o exercício ativo, propositivo e interativo, promovendo de forma constante



os desafios aos participantes dos grupos, com respeito à construção dos contextos em que se constroem é delas a responsabilidade de fortalecer a construção de um projeto participativo.

### **A contribuição da formação em Pedagogia e atuação do pedagogo no Patronato Municipal de Francisco Beltrão**

A formação de profissionais da educação é um tema, que tem sido tratado pela literatura educacional, a partir de diferentes enfoques, e, sob variados aspectos. No Brasil, o curso de Pedagogia, constituiu-se, nas últimas décadas do século XX, como espaço legítimo de formação de professores.

Desde sua instituição o curso de Pedagogia apresentou dificuldades na identificação do futuro profissional, e, de suas ocupações e atribuições. De acordo com Saviani (2008), o curso foi implantado no Brasil após o Decreto nº. 1190 de 1939, que tinha como objetivo organizar a Faculdade Nacional de Filosofia.

Nesse período, disponibilizava-se o diploma de bacharelado após três anos e para adquirir o diploma de licenciatura, era necessário frequentar mais um ano, cursando didática geral e didática específica (esquema 3+1). Assim, ficou instituído que o curso de Pedagogia, apresentaria um currículo específico ao lado de Filosofia, Ciências e Letras. Em 1962, com o Parecer nº. 251 de autoria de Valnir Chagas, algumas alterações no currículo foram realizadas (BISSOLLI, 2003).

Com essa nova regulamentação, ocorreu à revogação do esquema 3+1 e a duração do curso passou a ser de quatro anos, compreendendo o bacharelado e a licenciatura. Segundo Kwiatkowski e Zancanella (2016, p. 4), esse parecer definiu que a “formação em nível superior” era para o professor primário e em nível de pós-graduação para os técnicos em educação”.

O curso de Pedagogia foi reorganizado a partir do Parecer no. 252/69, também de autoria de Valnir Chagas. Esse parecer definiu que o curso deveria comportar diversas habilitações, visando formar professores, para o ensino normal, e, especialistas em educação para as atividades de supervisão, inspeção, orientação e administração escolar.

Dessa forma, foi proposto um currículo que tinha uma base de matérias comuns, e, outra diversificada devido às habilitações específicas e à formação de diferentes profissionais. A Supervisão Escolar tomou impulso formalmente, a partir do Parecer CFE no. 252/69, que reformulou o curso de Pedagogia, ao estabelecer as “habilitações técnicas” (BISSOLLI, 2003).

A Lei Federal no. 5540/68, que assumiu as características de Diretrizes e Bases, para o ensino Superior deu um passo imediato e, impôs em seu art. 30 que “a formação de professores para o ensino de segundo grau, de disciplinas gerais ou técnicas, bem como, o preparo de especialistas destinados aos trabalhos de planejamento, supervisão, administração, inspeção e orientação, no âmbito das escolas e sistemas escolares, fara-se em nível superior.



Foi nesse período que se deu a expansão do Ensino Superior, sobretudo, por meio, da iniciativa privada. Saviani (2003, p. 54) afirma que o currículo previsto por essa proposta, permitiu “recuperar educação em seu sentido integral na figura do especialista da educação”, mas essa formação profissional, ficou inviabilizada em consequência da organização curricular fragmentada. Além disso, era uma formação generalista, de caráter predominantemente técnico, influenciada por uma concepção de educação subordinada à lógica do mercado.

O contexto social, econômico e cultural, do Parecer CFE nº. 252/69, refere-se à reconstrução do Brasil, que se apoiava, fundamentalmente, em mecanismos de poder exercidos pelo Estado, e, o crescente controle do capital financeiro e tecnológico exercido pelo capital internacional. Nas relações externas brasileira, introduziu-se uma política de associação ou interdependência, com as nações do mundo ocidental (BISSOLLI, 2003).

Com isso, tivemos o afluxo de investimentos estrangeiros diretos, pressão sobre a balança de pagamentos, redefinição de pauta e distribuição de renda, restrição e controle de importações, contenção salarial e desativação das organizações sindicais e políticas. Tal estruturação da vida econômica brasileira, fazia parte do bloco dominante, pois, esse modelo, caracterizava o capitalismo monopolista ou neocapitalista.

Durante muito tempo, a educação no Brasil, comportou-se como um instrumento de mobilidade social, no sentido mais amplo do termo. Aqueles que manipulavam o poder político, e, econômico, utilizavam-na como distintivo de classe, e as camadas, menos favorecidas procuravam na como principal via de ascensão, prestígio e integração no universo dos estratos dominantes.

Segundo Bissolli (2003,) é para suprir esta necessidade que surge Lei Federal nº. 5692/71, que ajustaria os três níveis de ensino, ideológica, estrutural e funcionalmente. Lei Federal nº. 5.692/71, tem como meta a qualificação para o trabalho, dando ao 2º grau, o sentido de terminalidade o que supostamente atenderia à economia nacional, em sua demanda de profissional qualificado, e a população mais carente que integraria a força de trabalho.

A mesma lei também, institui a habilitação profissional no 2º grau, a iniciação para o trabalho e a sondagem de aptidões no 1º grau. O 2º grau profissionalizante é mais um mecanismo de contenção da procura pelo ensino superior, garantindo assim, a produção das relações de classe. Ainda na década de 1970, a fim de superar essa fragmentação, foram promovidos debates sobre a reformulação das diretrizes curriculares dos cursos de formação de educadores e, a partir, daí, discutida a complexidade da área pedagógica e da identidade profissional do pedagogo.

A partir da década de 80, exacerbaram-se as discussões em torno da formação de professores, e, conseqüentemente, os cursos de Pedagogia e as Licenciaturas tornaram-se alvo de reflexões críticas, em diversos fóruns de discussões



Na pauta essas discussões estava e ainda está, o imperativo de estabelecer uma política de formação, que seja capaz, se sobrepujar a dicotomia, da teoria e a prática.

Em 1983, ocorreu o Encontro Nacional para a “Reformulação dos Cursos de Preparação de Recursos para a Educação”, em Belo Horizonte como consequência, das discussões organizou-se uma proposta de reformulação do Curso de Pedagogia, culminando na elaboração do documento “Projeto: Plano de Curso das Habilitações em Pedagogia”, respaldado pelo Parecer 167/85 de 05/03/86.

O projeto foi aprovado em 28/11/86 e implementado a partir de 1987. O curso nessa nova proposta, continuou dividido em dois blocos: o magistério com habilitações para as disciplinas pedagógicas do 2º grau, de 1ª a 4ª série, pré-escola e também a Pedagogia com as seguintes habilitações: Administração, Supervisão, Orientação e Inspeção Escolar Parecer (BISSOLLI, 2003).

A LDB 9394/96, atraiu para o debate acadêmico mais um ensaio de reformulação da formação docente no Brasil. Em seu Artigo 21, ao instituir uma nova estrutura para a educação escolar no Brasil através de dois níveis, a educação básica e educação superior, alterou a formação docente. A formação de professores passou a ser obrigatoriamente em nível superior.

Entretanto, a questão da identidade do Pedagogo, e do curso, de formação deste profissional não ficou clara e foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, que trouxe essa questão à discussão novamente. Esta legislação definiu que o pedagogo poderia atuar nos anos iniciais do Ensino Fundamental e no artigo 64, determinou [...] a formação de profissionais da educação para a administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação a base comum nacional (BRASIL, 1996)

Porém, LDB de 1996, estabeleceu os institutos superiores de educação como *possíveis* locais de formação de professores, para a educação básica e de manutenção dos cursos de formação dos profissionais, para a educação infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental. Isto ocasionou discussões sobre o curso de Pedagogia e indagações sobre a formação de docentes para a educação básica.

Entretanto, nas últimas décadas, com as mudanças ocorridas na sociedade e a entrada das teorias críticas, da educação no Brasil, a educação toma novos rumos. Intelectuais passam a questionar os sistemas de ensino e, por consequência a própria escola. A prática dos profissionais da educação é amplamente investigada, e, surgem teorias que provocam mudanças de pensamento e ação no conjunto educacional brasileiro.

Em 2006, os cursos de Pedagogia, principiam uma nova etapa de sua história, com a homologação das Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia, e define a docência como base de formação do curso [...] exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de



Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos (RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, de 15 de maio de 2006, p. 2).

Além disso, ficou definido a atuação do Pedagogo na organização e gestão de instituições de ensino, o que compreende o “planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos de experiências educativas”, bem como a “produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não-escolares (grifos nossos)” (RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, de 15 de maio de 2006, p. 2).

Portanto, o curso de Pedagogia passou a ser responsável pela formação de profissionais que podem atuar em espaço formal ou não-formal de educação. Percebemos assim que, desde sua criação em 1939, o curso de Pedagogia apresentou dificuldades em identificar o perfil do Pedagogo, suas áreas de atuação e atribuições. Nesse sentido, consideramos importante, o olhar para a sua trajetória histórica, e os dispositivos legais, para compreendermos a formação do pedagogo e, refletir, analisar sobre sua atuação no Patronato.

Ressaltamos que, esse debate precisa ser provocado não com uma visão reducionista, mas sim, conceituando o pedagogo como o profissional que atua também, em espaços-não formais de educação, a partir de sua formação e suas ações, mobilizam as diferentes áreas do conhecimento tendo como pressuposto que a teoria e a prática, são indissociáveis para o desenvolvimento das atividades desses profissionais.

Conforme Libâneo (2006), o mote fundamental da Pedagogia, é a formação humana, do sujeito concreto, em suas dimensões: física, emocional, intelectual, considerando ainda, que ele é parte integrante de um contexto social e cultural em constante mudança.

Elucidar a importância da formação em Pedagogia para atuação no Patronato, das pedagogas permitiu-nos avançar algumas discussões sobre o trabalho educativo, por elas desenvolvido, embora existam alguns condicionamentos, também há muitas possibilidades. Identificamos em várias de suas ações o trabalho educativo.

Para Saviani

[...] o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida historicamente e coletivamente pelo conjunto dos homens. Assim o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo ( SAVIANI, 2000, p. 17).

Compreendemos neste contexto, que formação do Pedagogo, está diretamente relacionada com o trabalho de desenvolvimento humano, que a formação em Pedagogia, influencia significativamente nas suas ações. Nesse sentido, o trabalho



sistemático do aprofundamento teórico, os estudos sobre os processos de aprendizagem, as estratégias de ensino, dentre outros requisitos conferem ao pedagogo, a competência através da sua formação no curso de Pedagogia, de atuar em diversos espaços da sociedade sejam eles formais ou não - formais de educação.

### **As ações formativas desenvolvidas pelas pedagogos no Patronato Municipal de Francisco Beltrão – PR**

Os pedagogos, atuam diretamente com os egressos do sistema penitenciário, pessoas que cumprem pena diversa da prisão, advindos das comarcas de Enéas Marques, Manfrinópolis, Francisco Beltrão, Marmeleiro, Renascença e Verê – PR, beneficiados com a progressão do regime aberto, liberdade condicional, sentenciados com trabalhos externos – PSC, e, os com suspensão condicional da pena (*sursis*), bem como, os autores de crimes de menor potencial ofensivo.

É importante, ressaltar além do comportamento profissional do pedagogo, aspectos éticos, de suas condutas pessoais, são igualmente importantes considerando que os assistidos, podem expor espontaneamente, fatos ou situações de cunho familiar, esses dados, por serem sigilosos ou confidenciais não devem ser alvos de comentários com outras pessoas, em qualquer situação. Essa postural é fundamental para o estabelecimento de uma relação de auxílio e de confiança.

O sigilo das informações dos prontuários dos assistidos, devem ser igualmente preservados. Assim, os questionários preenchidos com dados íntimos, sobre o assistido e seus familiares, resultados de entrevistas, devem ser mantidos fora do alcance de outras pessoas, bem como, a utilização de dados para a pesquisa é imperativo manter o sigilo das suas identidades.

O trabalho desenvolvido pelas pedagogas no Patronato, caracteriza-se na relação de mediação dos assistidos, e, suas demandas relacionais de aprendizagem e a sua integração no ambiente formal de educação orientando os processos pedagógicos.

Para Libâneo (2006, p.6)

Uma boa didática, na perspectiva da mediação, é aquela que promove e amplia o desenvolvimento das capacidades intelectuais dos alunos por meio dos conteúdos. Conforme a teoria histórico-cultural, formulada inicialmente pelo psicólogo pedagogo russo Lev Vigotsky<sup>4</sup>, o objetivo do ensino é o desenvolvimento das capacidades mentais e da subjetividade dos alunos através da assimilação consciente e ativa dos conteúdos, em cujo processo se leva em conta os motivos dos alunos.

---

<sup>4</sup>Teoria histórico-cultural é uma corrente da psicologia instituída pelo psicólogo e pedagogo russo Lev Vigotsky (1896-1934). Essa teoria busca compreender o desenvolvimento da mente humana vinculado à cultura. VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fonte, 1984.



Para Davídov<sup>5</sup> (1988, p. 3), “a tarefa da escola contemporânea consiste em ensinar os alunos a orientarem-se independentemente na formação científica e em qualquer outra, ensiná-los a pensar, mediante um ensino que impulse o desenvolvimento mental.”

Algumas das atividades, desenvolvidas pelos pedagogos, no Patronato são consideradas rotineiras tais como, novos atendimentos, entrevistas iniciais, para a identificação da escolaridade, motivos pelos quais, não foi possível concluir os estudos em idade adequada e orientações para retomá-los em cumprimento de sua pena.

Dessa forma, os pedagogos incentivam que a pena, seja cumprida através dos estudos, visando possibilitar aos assistidos, a conclusão de sua escolaridade, em instituições formais. Cabe as pedagogas ainda, desenvolver projetos, palestras, pesquisar sobre assuntos da realidade dos assistidos, que produzam mudanças em seu meio social, promover atividades que atendam os seus anseios, e, oportunizem a mudança de atitude, em relação ao delito cometido na perspectiva de futuro fora do crime.

As orientações realizadas pelos pedagogos, no Patronato muitas vezes não surgem efeitos esperados ainda, é preocupante o alto índice de assistidos com escolaridade incompleta, e que não optaram pelos estudos como forma de cumprimento da pena, na sua maioria por acreditarem que “não tem mais idade para frequentar a escola”, ainda, que as instituições de educação para jovens e adultos, sejam preparadas para atender este público.

Compreende-se que a educação sozinha não garante um futuro longe do crime, entretanto, sem ela minam as suas pequenas oportunidades de reinserção na sociedade. O ex-presos dificilmente desviará de procedimentos qualificados como desonestos como estratégia de sobrevivência, se não encontrar uma rede de apoio na sociedade que o auxilie sair do círculo vicioso da reincidência criminal. A educação neste contexto é fundamental.

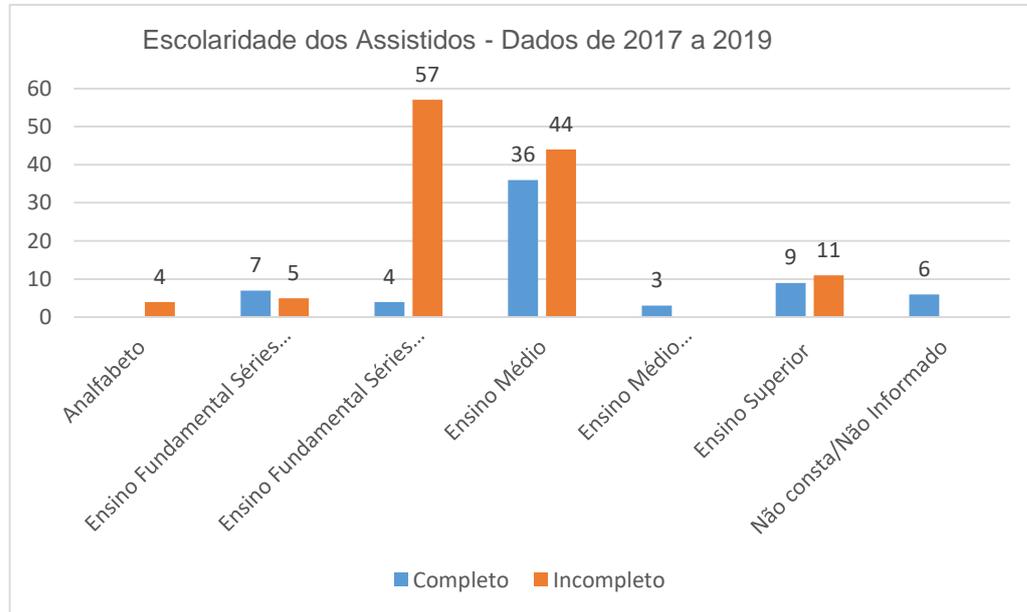
Abaixo a representação da escolarização dos assistidos no Patronato,

---

<sup>5</sup>A proposta de Davídov, mantém a premissa básica da teoria histórico-cultural, segundo a educação e o ensino são formas necessárias e universais do desenvolvimento humano, cujo processo estão interligados aos fatores socioculturais e a atividade interna dos indivíduos. DAVÍDOV, Vasili. **La enseñanza escolar y el desarrollo psíquico**. Prefácio. Moscou: Editorial Progreso, 1988.



Gráfico:1

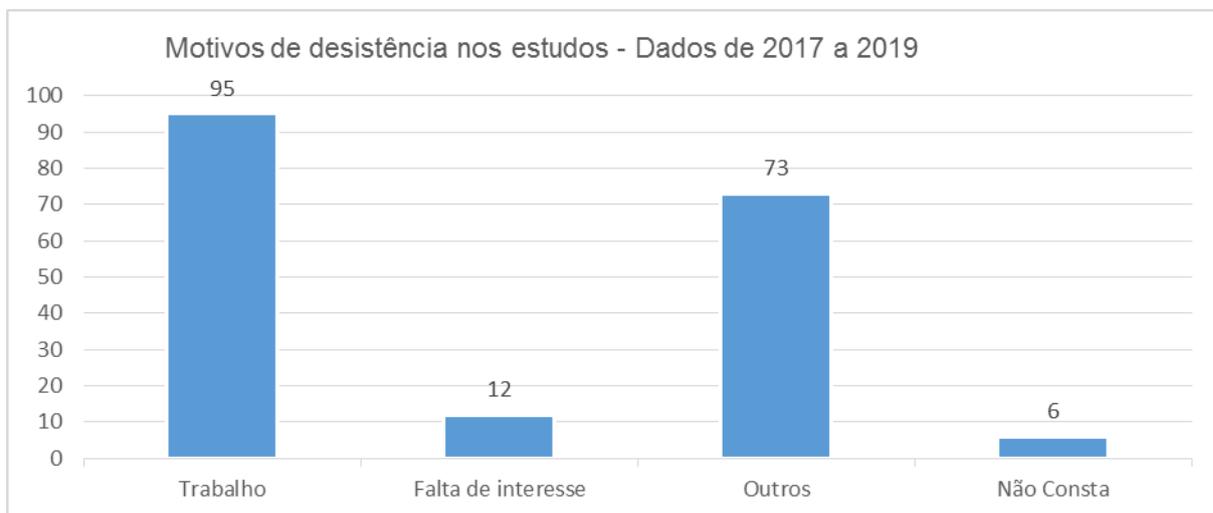


Fonte: Elaborado pela Equipe Pedagógica do Patronato, 2019

As ações de educação em situação de privação de liberdade, encontram-se embasada na legislação educacional vigente no país, na Lei de Execução Penal, no campo das políticas de direitos humanos, e, privação de liberdade necessita acatar às especificidades dos diferentes níveis e modalidades de educação e ensino, e são extensivas aos presos provisórios, condenados, egressos do sistema prisional e àqueles que cumprem medidas de segurança. (BRASIL, 1984, art. 2º).

Ao definir a educação como direito de todos, inclusive das pessoas que estão privadas de liberdade, a legislação brasileira dá um passo fundamental, na direção de considerar que aquele que comete erro carece de possibilidade de reparar o próprio erro. Além disso, também reconhece que determinadas condições podem induzir ao erro.

Gráfico 2:



**Fonte:** Elaborado pela Equipe Pedagógica do Patronato, 2019.

Perguntado aos assistidos o motivo pelo qual desistiram de estudar obtivemos as seguintes respostas: “*precisavam trabalhar*”, “*não tinham acesso à escola próximo da casa onde residiam*”, “*não gostavam*”.

Percebe-se nas respostas dos assistidos, um discurso de vitimização como se a maioria dos brasileiros, não tivessem que trabalhar ou andar muito até acessar a escola. Entendemos que a educação para essa população, historicamente excluída dos direitos mais básicos, do ser humano, não se configura como um bem a ser adquirido, não conseguem perceber as mudanças, que a educação é capaz de provocar na vida de todos. O papel da equipe pedagógica é fundamental, para a discussão e reflexão sobre a educação como possibilidade de transformar a realidade que o indivíduo está inserido.

Os pedagogos desenvolvem visitas regulares no Centro Estadual Integrado de Educação Básica para Jovens e Adultos - CEIEBJA. Nas visitas, solicita-se informações sobre a carga horária das disciplinas, e, funcionamento de matrículas, além de documentações necessárias, para serem repassadas as informações aos novos assistidos, com interesse de retomar os estudos. Mantém contato permanente de fiscalização para certificar que o assistido esteja frequentando as aulas. A formação, nesses casos é substituída pela prestação de serviços comunitários.

No que se refere à parceria que o Patronato possui para com o EJA fase I, responsável pelos processos de alfabetização do município, manteve-se em todos os aspectos, sejam eles de encaminhamento e também no fornecimento de declarações de horas de estudo de assistidos estudantes, encaminhados pela equipe pedagógica.

A adesão para a escolarização formal, como alternativa penal ainda, configura-se inexpressiva no universo total de atendidos 0,60%, entretanto, sem essa possibilidade, e, por iniciativa própria, a probabilidade de retomarem os estudos seria praticamente nula, o que configura como um avanço o percentual mesmo considerado ainda parco.



Outra atividade desenvolvida pedagogos no Patronato, são visitas técnica a Penitenciária de Francisco Beltrão- PR, observando o funcionamento da mesma, além de visita as instalações do espaço escolar, bem como todo o seu funcionamento e os projetos desenvolvidos. As bolsistas também visitam outras unidades do Patronato, para conhecer as práticas pedagógicas diferenciadas a exemplo do localizado em Foz do Iguaçu – PR.

É igualmente importante, os encontros com os assistidos do Patronato intitulado *E-ler*, instituído pelo Conselho Nacional de Justiça, participam todos os assistidos do Patronato, que cumprem pena por estudo, com o objetivo de discutir sobre a importância da leitura e da escrita.

Nessa perspectiva, entre as atividades desenvolvidas nos últimos eventos, encontram-se dinâmicas, que visam promover o incentivo às práticas de leitura e escrita como hábito a ser incorporado pelos sujeitos atendidos, considerando que se verifica certo distanciamento destes, para com esta prática.

Destacamos que as atividades desenvolvidas são bastante dinâmicas, numa perspectiva de ressaltar o lúdico, estes momentos, torna-se ainda, mais significativos, quando é verificado as falas, e também os conteúdos da escrita dos assistidos.

Entre as atividades propostas, nesses eventos, encontra-se a construção do livro da vida, disponibiliza-se materiais diversos como papel colorido, canetas, lápis de cor, figuras, revistas, e etc. O objetivo central dessa atividade, é o de exercitar a escrita dos sujeitos, bem como, a percepção e leitura de mundo, e a construção de significados e sentidos novos, a partir da participação destes no Patronato, pretende ainda a reflexão dos motivos, que os fizeram chegar até aqui, o resultado dessa atividade é surpreendente no que diz respeito ao conteúdo das escritas.

Outra atividade, significativa ocorreu quando utilizamos como estratégia pedagógica basilar, livros infantis, principalmente clássicos da literatura, por compreender que, estas histórias tratam de questões de comportamentais, atitudes, valores, e outros aspectos relacionados a constituição do ser social para a vida em sociedade.

Assim, disponibilizou-se um tempo para leitura, e após os assistidos, puderam transpor em palavras, algum sentido importante, encontrado nas histórias relacionada com a sua trajetória de vida e delito, ao fim muitos deles quiseram explanar as suas experiências a partir da história eleita para leitura.

Abaixo a produção de um assistido no programa E- LER, intitulado: “Minha Vida minha História”.

**Imagens:** 1, 2, 3 4 e 5:



Hoje em vez de ser um menino longe estava  
no fundo de uma prisão. Sentia profundo  
falta meus dias e saudade pelo liberdade de  
um futuro imaginando como seria re-  
estruturar uma família.



Como tudo no mundo passa com os anos  
tudo que cometa mais sempre temo um choque  
para recomeçar sempre com muito experiências  
percebermos é de ter um noção sembarba  
em ter uma família para me tornar  
Cada dia uma pessoa melhor.  
É conquistar meus ~~os~~ objetivos.

Hoje tendo minha família meu ~~o~~  
almeço para chegar a deslizar meu trabalho  
para fazer minha ~~o~~ - me sinto  
desprezados que uma família unida  
pela mesma prospera e a base de tudo  
Hoje sou um homem ~~o~~ bem melhor.  
fim



Registro: Equipe Pedagógica 2017

Para um dos encontros organizamos uma oficina de leitura e narração de histórias. Após a recepção e acolhimento dos assistidos, a professora convidada ministrou a oficina: “A formação de leitores pela narração de histórias”. Em um primeiro momento foi ministrada a narração de histórias para os adultos, no segundo momento, a narração de histórias infantis, com a participação das crianças (filhos dos assistidos).



O encerramento se deu com uma roda de conversa, com os assistidos sobre as suas experiências em relação ao estudo e a leitura. O evento contou com a apresentação artística do ator Roberto Sutil que apresentou o monólogo intitulado “Lyndowall o lindo – Ele é lindo porque gosta de ler”.

Durante o período pesquisado outro foco da área pedagógica, foi à organização do programa Pró-Labor, evento obrigatório anual, instituído pelo também pelo CNJ, com o objetivo que todos os Patronatos, desenvolvam visa trabalhar as múltiplas questões relacionadas ao mercado de trabalho, e, o processo de inserção/reinserção dos sujeitos egressos no mercado de trabalho, do sistema penitenciário atendidos pelo Patronato.

No que se refere ainda sobre as possibilidades, oferecidas para o processo de escolarização dos assistidos, proporciona-se o Curso Preparatório para o Exame Nacional de Competências de Jovens e Adultos para o Ensino Fundamental e Médio (Encceja).

O principal objetivo construir uma referência nacional de educação para jovens e adultos, através da avaliação de competências, habilidades e saberes adquiridos no processo escolar ou nos processos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nos movimentos sociais, organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais, entre outros. (<http://portal.mec.gov.br/encceja>). Acesso em setembro de 2018).

Compreendemos as limitações da educação de jovens e adultos, através das inegáveis fragilidades e incoerência teórica, com que foi se estruturada a maioria das propostas de educação de jovens e adultos no Brasil, entretanto, não é nosso interesse discuti-las neste texto.

Sobre a concepção do Encceja, Catelli, Gisi e Serrao (2013, p. 721), afirmam que “em 14 de agosto de 2002, foi instituído, pela Portaria nº 2.270 do Ministério da Educação, o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja)”.

Desta maneira LDB nº 9394/96 no artigo 37, estabelece que a “educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”. Assim, compreendemos que o Encceja é a possibilidade de acesso, conclusão e retorno aos estudos.

As aulas organizadas para o curso preparatório, seguem os conteúdos previstos no site do Inep, e, das provas aplicadas anteriormente. Solicitamos a participação de quatorze (14) professores voluntários da rede estadual, municipal, instituições públicas, privadas e de ensino superior, para ministrar as aulas do curso.

Os alunos beneficiados totalizaram trinta (30) assistidos, em 2019. A turma foi formada por 29 (vinte e nove) homens e 1 (uma) mulher, com idade entre 22 a 45 anos. Foram 32 (trinta e dois) encontros organizados em três dias por semana, sendo nas segundas, terças e quintas-feiras, das 19h às 22h30min., e foi realizado nas dependências da Unioeste campus de Francisco Beltrão – PR.



Patronato desenvolveu em 2017, a 1ª edição do Encceja obtendo a aprovação de 03 (três) assistidos, em 2018, na 2ª edição 8 (oito) aprovados e 3º 2019, 12 (doze) aprovados. Ressaltamos que as experiências do Encceja, realizando-se numa perspectiva diferenciada do ensino regular, apresenta grandes desafios.

Entendemos que o estabelecimento de novas ações, com os sujeitos escolares adultos, são necessárias e possíveis. Se há a intenção de fazermos de nosso agir uma prática política diária, precisamos estabelecer urgente novas possibilidades, de interação com estes aprendentes abrindo espaços, para mostrarem as inúmeras possibilidades existentes do ser humano.

Dessa forma, as ações formativas, desenvolvidas pelas pedagogas, em áreas diversas no Patronato, visam auxiliar no resgate da dignidade dos assistidos, aproximando-os do trabalho e do estudo/formação qualificando-os para mudança de paradigmas no processo de reinserção profissional e social.

Em síntese, compreendemos que a preocupação com a atuação dos pedagogos, em espaços não-formais, de educação, carece orientar os cursos de Pedagogia a fim, de evitar o reducionismo da formação, objetivando à construção do conhecimento fundamental, para atuação desse profissional nos diferentes espaços – educativos não-formais que se abrem à pedagogia no momento atual.

Importante registrar, que o Patronato Central, localizado em Curitiba – PR, até o final de 2019, juntamente com a parceria Secretaria de Estado da Ciência Tecnologia e Ensino Superior – SETI, coordenava a operacionalização dos Patronatos em 18 Comarcas a saber: Curitiba, Ponta Grossa, Maringá, Apucarana, Jacarezinho, Francisco Beltrão, Guarapuava, Umuarama, Toledo, Foz do Iguaçu, Cascavel, Campo Mourão, Cianorte, Cornélio Procópio, Irati, Paranaguá, Paranaíba e Pato Branco - através de convênios entre a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP), Instituições de Ensino Superior ou Prefeituras Municipais.

Entretanto, em dezembro, do ano acima mencionado sem maiores esclarecimentos o governo do Estado, decidiu desincumbir-se de mais essa atividade direcionada para essa população historicamente excluída dos direitos mais básicos do ser humano, desativando todos os Patronatos, das comarcas citadas nas universidades. Compreendemos que os prejuízos serão imensuráveis para os atendidos, considerando que não se colocou nada no lugar simplesmente aboliram.

### **Algumas descobertas da pesquisa**

Por muito tempo, a prática pedagógica, ficou limitada ao espaço escolar formal reduzindo a atuação do pedagogo, a pesquisa revelou-nos que o processo de ensino-aprendizagem acontece também, em diferentes ambientes, nos quais, a atuação do pedagogo se faz necessária. Entretanto, a formação humana, em qualquer espaço escolar, ou não, carece de um profissional que esteja preparado para trabalhar com a prática pedagógica sistematiza.

Considerando o propósito central, da discussão a reflexão sobre a atuação do pedagogo em espaços educativos não-formais, e analisar as contribuições da



Pedagogia para tanto, é possível apontar que, o campo de atuação deste profissional tem se ampliado para além, dos muros da escola formal.

Conforme Lopes, Leandro, Bomfim e Dias (2017), a constituição do pedagogo no curso de Pedagogia, possibilita a sua atuação em variadas situações educativas, e, parte do pressuposto que a formação humana, acontece, além dos muros da escola e atingi da mesma maneira, quem não alcança frequentar os bancos escolares, assumindo formas diversas.

A opção de tomar a atuação dos pedagogos no Patronato caracterizado como um projeto social, foi possível evidenciar uma vulnerabilidade social, cultural, econômica, educacional e emocional, associadas aos assistidos, nesse contexto, oportunizar os mesmos, o retorno a escolarização com possibilidade de desenvolvimento das suas capacidades humanas, reveste-se de importância significativa na presunção de melhoria da sua condição de vida.

A partir das reflexões empreendidas, percebemos que, são várias ações desenvolvidas no Patronato, concebido como um espaço de formação não - formal, em que, as atividades incidem em situações interativas, construídas coletivamente, que pode ser consideradas como um complemento a educação formal, sem necessariamente estar vinculada a mesma.

Entretanto, sugere-se que os estudos, sejam aprofundados sobre as perspectivas apresentadas neste trabalho, analisando que ainda, é um tema que encontra-se a margem, de outras discussões na academia, e, provoca um aprofundamento, para que as ações desenvolvidas estejam vinculadas aos pressupostos teóricos, relativos à área da Pedagogia.

Intuímos que a formação inicial é importantíssima para o desenvolvimento do trabalho pedagógico, dos pedagogos no Patronato, em se tratando de um espaço não-formal de educação, mas, é igualmente importante que a formação inicial, contemple as especificidades desse trabalho.

Em síntese, ressaltamos que a discussão que aqui se insere trata-se de um recorte de uma pesquisa mais ampla, cadastrada na Unioeste e desenvolvida desde 2018, intitulada: “Penas Alternativas: a contribuição do Patronato Municipal de Francisco Beltrão – PR na sua execução”, e portanto, os seus dados, consequentemente foram selecionados a partir de um recorte.

## REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. José Augusto Palhares (orgs). O não-formal e o informal em educação: **Centralidades e periferias**. Atas do I colóquio internacional de ciências sociais da 14 educação / III encontro de sociologia da educação (3 volumes). Universidade do Minho Braga – Portugal, 2013.

BISSOLLI DA SILVA, C. S. Curso de Pedagogia no Brasil: história e identidade. Campinas: Autores Associados, 2003.



LOPES Ana Claudia Fernandes. LEANDRO. Emily Francisco. BOMFIM. Ashylei Capaci. DIAS. Amanda Larissa. **A educação não formal: um espaço alternativo da educação.** In: IV Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação – SIRSE e o VI Seminário Internacional sobre Profissionalização Docente (SIPD/CÁTEDRA UNESCO), 2017. Disponível em: [https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/25198\\_12669.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/25198_12669.pdf) . Acesso em 15 feve. 2021. P; 7209 a 7219.

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases para a educação nacional** n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF, 1996.

\_\_\_\_\_. Resolução CNE/CP 1/2006. Diário Oficial da União, Brasília, 16 de maio de 2006, Seção 1, p. 11.

\_\_\_\_\_. Lei de diretrizes e bases para a educação nacional n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF, 1996. BRASIL. **Resolução CNE/CP 1/2006.** Diário Oficial da União, Brasília, 16 de maio de 2006, Seção 1, p. 11.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP n. 5/2005. **Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia:** CNE, Brasília, 13 dez. 2005. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 18 Ago. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE (2014-2024) e dá outras providências. 2014.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm). Acesso em: 18 setembro 2019.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei Nº 1.190, de 4 de abril de 1939. Brasília, DF, 1939.

\_\_\_\_\_. ENCCEJA. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/encceja>. Acesso em maio de 2018.

\_\_\_\_\_. Lei 7.210/1984 Lei de Execução Penal nº 7210, de 11 de julho de 1984, que determinava a existência de assistência ao apenado ou egresso das Unidades Penais, (LEP).

\_\_\_\_\_. Francisco Beltrão. Lei Nº 4.120 de 25 de Novembro de 2013. **Institui o Patronato Municipal de Francisco Beltrão,** o Fundo Municipal de Alternativas Penais (FMAP) e dá outras providências. 2013.

DAVÍDOV, Vasili. **La enseñanza escolar y el desarrollo psíquico.** Prefácio. Moscou: Editorial Progreso, 1988.



GOHN, Maria da Glória. **Educação Não - Formal e o Educador Social atuação no desenvolvimento de projetos sociais.** São Paulo: Cortez, 2010a.

\_\_\_\_\_. GOHN, M. **Educação não-formal e o educador social atuação no desenvolvimento de projetos sociais.** São Paulo: Cortez, 2010b.

\_\_\_\_\_. **Ações coletivas civis na atualidade: dos programas de responsabilidade/compromisso social às redes de movimentos sociais.** Ciências Sociais Unisinos v. 46, n. 1, p. 10-17, jan./abr. 2010c.

\_\_\_\_\_. Sociologia da educação não-formal. In: Park, Margareth Brandini; FERNANDES, Renata Sieiro. **Educação não-formal: contextos, percursos e sujeitos.** Campinas: Setembro, 2005.

CATELLI, Roberto Jr. GISI, Bruna. SERRAO, Luis Felipe Soares. **Encceja: cenário de disputas na EJA.** Rev. bras. Estud. pedagog. (online), Brasília, v. 94, n. 238, p. 721-744, set./dez. 2013. <http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v94n238/a05v94n238.pdf>

KWIATKOWSKI, Liliane; ZANCANELLA, Yolanda. **O papel do pedagogo na escola pública do Paraná: inquietações e desafios contemporâneos.** in: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação, Superintendência de Educação. Os Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor PDE, 2013. Curitiba: SEED. V.! (Cadernos PDE. Disponível em <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=20>).

LIBÂNEO, J. C. **Diretrizes curriculares da Pedagogia: um adeus à Pedagogia e Pedagogos?** 13º ENDIPE. Recife, 2006.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia e Pedagogos: para que?** São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. A didática e a aprendizagem do pensar e do aprender: **a teoria histórico-cultural da atividade e a contribuição de Vasili Davydov.** In: *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 27, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade.** 6a Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

SAVIANI, D. **A pedagogia no Brasil: história e teoria.** Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

TRILLA, J. **A pedagogia da felicidade.** Porto Alegre: Artmed, 1996.



\_\_\_\_\_. **O Universo da Educação Social**. In: ROMANS, Mercè; PETRUS, Antoni; Porto Alegre: Artmed, 2003. p. 11- 47.

SAVIANI, D. **A pedagogia no Brasil: história e teoria**. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

**Curso de pedagogia no Brasil: história e identidade**. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Souza. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fonte, 1984.